



**SENADO FEDERAL**  
Gabinete do Senador PAULO PAIM

**PARECER Nº , DE 2024**

Da COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS, sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 384, de 2023, do Senador Luis Carlos Heinze, que *concede o título de Patrimônio Nacional da Saúde Pública à Irmandade da Santa Casa de Misericórdia de Porto Alegre, no Estado do Rio Grande do Sul.*

Relator: Senador **PAULO PAIM**

**I – RELATÓRIO**

Vem ao exame da Comissão de Assuntos Sociais (CAS) o Projeto de Decreto Legislativo (PDL) nº 384, de 2023, do Senador Luis Carlos Heinze, que *concede o título de Patrimônio Nacional da Saúde Pública à Irmandade da Santa Casa de Misericórdia de Porto Alegre, no Estado do Rio Grande do Sul.*

A proposição é composta por dois artigos. Enquanto o primeiro institui, tal como consignado na ementa, o referido título à Santa Casa de Misericórdia de Porto Alegre, o segundo encerra a cláusula de vigência do projetado decreto legislativo, prevendo a entrada em vigor da norma na data de sua publicação.

Na justificação, o autor destaca a atuação da Santa Casa de Misericórdia de Porto Alegre na prestação de serviços à saúde pública brasileira, sublinhando os seus duzentos e vinte anos de história, bem como a sua tradição de excelência médica e o seu reconhecimento nos campos do ensino, pesquisa, inovação e tecnologia.





**SENADO FEDERAL**  
Gabinete do Senador PAULO PAIM

No Senado Federal, a proposição, que não recebeu emendas, foi distribuída para análise exclusiva da CAS.

## **II – ANÁLISE**

Nos termos do disposto no inciso II do art. 100 do Regimento Interno do Senado Federal, compete a esta Comissão opinar sobre matérias que digam respeito à proteção e à defesa da saúde, tema afeto à proposição em análise.

Ademais, diante do caráter exclusivo do exame da matéria, compete subsidiariamente a este colegiado, em substituição à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, pronunciar-se também acerca dos aspectos constitucionais, jurídicos, em especial no que diz respeito à técnica legislativa, e regimentais da proposição.

No que tange à constitucionalidade formal do projeto, consideramos os aspectos relacionados à competência legislativa, à legitimidade da iniciativa parlamentar e ao meio adequado para veiculação da matéria.

Verifica-se que a União detém competência, em concorrência com os estados e o Distrito Federal, para legislar sobre proteção e defesa da saúde, nos termos do art. 24, inciso XII, da Constituição Federal. É legítima a iniciativa parlamentar, nos termos do art. 48, *caput*, do texto constitucional, haja vista não incidir, na espécie, reserva de iniciativa. Revela-se adequada, ainda, a veiculação da matéria por meio de decreto legislativo.

Dessa forma, não observamos, na proposição, vícios relacionados à constitucionalidade da matéria, tampouco identificamos falha de natureza regimental.

No que concerne à juridicidade, a matéria está em consonância com o ordenamento jurídico nacional, inclusive no que concerne à técnica legislativa, tendo em vista que o texto do projeto se encontra igualmente de acordo com as





**SENADO FEDERAL**  
Gabinete do Senador PAULO PAIM

normas estabelecidas pela Lei Complementar nº 95, de 26 de fevereiro de 1998, que dispõe sobre a elaboração, a redação, a alteração e a consolidação das leis.

Igualmente, cumpre informar que a Lei nº 14.196, de 26 de agosto de 2021, criou o título de Patrimônio Nacional da Saúde Pública, a ser concedido para instituições públicas e privadas sem fins lucrativos que tenham atuação destacada, há pelo menos setenta anos, em atividades de cunho técnico, científico, educacional, assistencial e de participação social de promoção, proteção e recuperação da saúde, em âmbito público e comunitário.

Além disso, sob a luz da referida norma, as instituições agraciadas devem gozar de indiscutível e notório reconhecimento público e social.

Diante disso, destacamos, de início, que a tradicional Santa Casa de Misericórdia de Porto Alegre foi fundada no longínquo ano de 1803. É o mais antigo hospital do Rio Grande do Sul, com mais de 220 anos de história.

A Santa Casa de Misericórdia de Porto Alegre conta com 9 hospitais destinados à prestação de serviços assistenciais (Hospitais Santa Clara, São Francisco, São José, Santa Rita, Pavilhão Pereira Filho, Dom Vicente Scherer, Dom João Becker, Nora Teixeira e Hospital da Criança Santo Antônio) e realiza, ao ano, mais de 6 milhões de atendimentos e mais de 59 mil cirurgias.

A instituição é referência nacional em excelência médica, estando apta a realizar todos os tipos de transplantes de órgãos, o que revela sua capacidade de estar sempre na vanguarda da inovação e tecnologia, se adaptando aos avanços da ciência e contribuindo no campo da pesquisa de ponta.

A Santa Casa é certificada como hospital de ensino e promove, em suas unidades, programas de residência médica e cursos de especialização próprios ou associados a diversas universidades e faculdades do Brasil. Desde 1961, a instituição atua como hospital escola da Universidade Federal de Ciências da Saúde de Porto Alegre (UFCSA).

Além do conjunto de 9 hospitais, a Santa Casa de Misericórdia de Porto Alegre conta também com igreja, cemitério e centro cultural com arquivo, museu, biblioteca e espaços para as artes. Observa-se a importância da instituição





**SENADO FEDERAL**  
Gabinete do Senador PAULO PAIM

também para a comunidade, que lhe oferece, em troca, indiscutível e notório reconhecimento público e social.

Portanto, por preencher os requisitos estabelecidos pela Lei nº 14.196, de 26 de agosto de 2021, e por suas características sociais e sanitárias, sua importância regional e seu histórico destacado na área de prestação de serviços de saúde, entendemos que a instituição faz jus ao título de Patrimônio Nacional da Saúde Pública.

### III – VOTO

Diante do exposto, o voto é pela **aprovação** do Projeto de Decreto Legislativo nº 384, de 2023.

Sala da Comissão,

, Presidente

, Relator

